

Quando os ventos da convivência chegam, varrem e semeiam que “o Nordeste é viável”

When the winds of acquaintance arrive, sweep, and sow that "the Northeast is viable"

Almair Morais de Sá**

Resumo: No limiar da década de 1990, a convivência com o Semiárido irrompe como fundamento de contestação ao modelo de intervenção governamental na região exigindo políticas públicas permanentes e apropriadas. A partir de estudos realizados no campo da História, da Sociologia, da Ciência Política e da Educação, este trabalho busca apresentar percursos do discurso da convivência e os modos como suas tramas vêm sendo enunciadas na produção acadêmica. O cenário que se descortina revela uma disputa por significados cujo valor aglutina implicações políticas, econômicas e culturais relacionadas aos modos de dizer a região, à implementação de políticas públicas, à postura assumida pela sociedade civil e à educação. A evidência de que há uma mudança se operando no Semiárido Brasileiro, com o deslocamento do discurso do combate à seca para a concepção de convivência mais do que uma simples constatação de forças que (se) mobilizam (n)o tempo presente, é o reconhecimento de uma invenção que está em curso.

Palavras-chave: Discurso. Convivência. Semiárido.

Abstract: At the threshold of the 1990s, the acquaintance with the semi-arid region breaks out as a basis for challenging the model of government intervention in the region, requiring permanent and appropriate public policies. Based on studies carried out in the field of History, Sociology, Political Science and Education, this work seeks to present paths of discourse of acquaintance and the ways in which its plots have been articulated in academic

* Historiador. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Curso de Bacharelado em Direito e do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP), em Cajazeiras-PB; e, professor de História na E.M.E.F. Francisco Sales Gadelha de Oliveira, em São Francisco-PB.

production. The unfolding scenario reveals a dispute for meanings whose value agglutinates political, economic and cultural implications related to the ways of saying the region, the implementation of public policies, the position taken by civil society and education. The evidence that there is a change taking place in the Brazilian Semi-Arid, with the displacement of the discourse against the drought to the conception of acquaintance, rather than a simple verification of forces that mobilize in the present time, is the recognition of an invention that is in progress.

Keywords: Discourse. Acquaintance. Semi-arid.

Introdução

Se a lógica do combate [à seca] construiu emblemas nordestinos – o cangaço, o messianismo, o velho engenho ou a seca, temas que pertencem à saga cultural-simbólica das oligarquias nordestinas [...] a lógica da convivência busca apresentar que não há mais um nordeste, mas sim, nordestes, e que nessa nova conformação, o Semiárido não pode mais ficar enquanto reduto da pobreza nordestina e brasileira. Ele é potencial, é competitivo, solidário e possui antes de tudo uma identidade cultural que o faz único.

Luzineide Dourado Carvalho

Nesse fragmento do texto de Luzineide Dourado – A Emergência da Lógica da “Convivência com o Semiárido” e a Construção de uma nova Territorialidade – dois espaços de poder e objetos de saber são mencionados: o Nordeste e o Semiárido. Embora este apareça como parte constituinte e evidência da pluralidade daquele, os dois não se confundem, possuem lugares próprios no jogo das palavras. Desejo e poder se articulam aí, explicitamente, exprimindo uma vontade de verdade e configurando um modo de ver e de dizer que se encontra entre o que ainda não é e o que deve ser; que destitui o Semiárido de um lugar (“reduto da pobreza nordestina e brasileira”) e reivindica outro para ele (porque ele é “potencial, é competitivo, solidário”).

Há nesse fragmento uma postura reveladora da paisagem que se desenhará na superfície das próximas páginas. Busca-se apresentar os percursos do discurso da convivência com o semiárido, suas condições de possibilidade, o que ele contesta e institui, situando-o num campo de luta com outros modos de ver e de dizer o semiárido brasileiro.

Do combate à seca a convivência

A elaboração e execução de políticas públicas para o Nordeste/Semiárido encontraram no discurso do combate à seca, durante muito tempo, a motivação e o combustível de seu modo de fazer, da maneira como se organizaram enquanto ações consideradas eficientes e necessárias para essa região. Essas ações pautavam-se na lógica de que “a seca exigia medidas de combate e de que a miséria era gerada por ela; assim, enquanto não se acabasse com as secas, não haveria como resolver os problemas aos quais a região era condenada” (SOUZA, 2005, p. 21). Tais políticas consistiram inicialmente em práticas assistencialistas de caráter emergencial (distribuição de alimentos e criação de frentes de trabalho temporárias) e, mais tarde, na execução de grandes obras hídricas que se traduziam na construção de açudes e perímetros irrigados.

Esse discurso começou a ser elaborado a partir da seca de 1877-1879 – que ganhou uma ampla repercussão nacional – e adquiriu força ao longo do século XX legitimado nas práticas de instituições governamentais criadas com o objetivo de empreender e administrar as ações de combate ao fenômeno da seca – instituições como: o IOCS (Inspetoria de Obras contra as Secas), em 1909, que se tornou IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas) em 1919 e, subsequentemente, DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), em 1945; e mesmo naquelas que, em vez do combate à seca, assumiram a promoção do desenvolvimento regional em favor da integração e do desenvolvimento nacional como responsabilidade e meta, a exemplo da Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), criada em 1959.

A Sudene surge quando a concepção de desenvolvimento em que se ancorava a política nacional passa a agregar novos significados. Na esteira dessa concepção, o desenvolvimento do país dependia muito do êxito dos processos produtivos e das relações comerciais empreendidos em cada região e entre elas. Por isso era preciso potencializar as capacidades produtivas, à luz do processo de industrialização, com vistas à redução dos desníveis regionais. No entanto, atesta Moreira Neto:

A proposta inicialmente defendida pela SUDENE na voz de seus principais articuladores desmorona como castelo de cartas ao soprar do *Aracati*. A pretensão de não combater as secas, “e sim, de conviver com elas, criando uma agropecuária que tenha em conta a especificidade ecológica regional” [...] não encontra ressonância em nenhum dos projetos que a SUDENE

implanta na região. A cada ocorrência de seca são reeditadas as antigas medidas, que ganham apenas novas designações – frentes de emergência, frentes de trabalho, frentes produtivas de trabalho – mas continuam tratando a problemática como ocasional. A fome decorrente da seca é solucionada com a distribuição de alimentos, de cestas básicas, de feiras, seja lá que designação o momento político adote. A sede é abastecida pelos carros pipas, normalmente movimentando novas especialidades da indústria da seca. Soluções emergenciais para problemas permanentes (MOREIRA NETO, 2010, p. 115)

A veiculação de imagens e textos de um Nordeste econômica e humanamente inviável, ligado ao fenômeno da seca, ao banditismo ou ao fanatismo religioso, serviu, entre outras coisas, para construir a região a partir de visibilidades e dizibilidades¹ potencialmente negativas e pessimistas, mas “o Nordeste devia ser visto e lido numa só direção para que seu efeito de verdade fosse eficiente politicamente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 84). De um lado, tal empreendimento atendia aos interesses dos que afirmavam o atraso, o subdesenvolvimento e a miséria como estigmas dessa região ao mesmo tempo em que reforçavam as imagens do progresso, da modernização e do crescimento econômico característicos do sudeste do país; e de outro, daqueles que, sobressaindo-se dentro das relações de poder, apropriavam-se desse discurso de vitimização realizando ações e manobras políticas a fim de lucrar com as medidas governamentais destinadas ao combate à seca². Para os que eram prestigiados no exercício do poder político não interessava a autonomia dos demais sujeitos. Com base nessa compreensão,

As políticas governamentais sempre foram acionadas a partir das necessidades extremas da população nos períodos de seca, mas sempre foram comandadas pelas elites regionais que controlavam a situação. Tanto

¹Assim como em Albuquerque Júnior (2009, p. 34-35), quando se fala aqui em visibilidades e dizibilidades enuncia-se aquilo que permite ver e dizer o espaço: conceitos, temas, objetos, figuras, imagens: “[...] tanto na visibilidade quanto na dizibilidade articulam-se o pensar o espaço e o produzir o espaço, as práticas discursivas e as não discursivas que recortam e produzem as espacialidades e o diagrama de forças que as cartografam”.

²“Historicamente os problemas ‘naturais’ inerentes à região do Semiárido Brasileiro, sobretudo as estiagens e as enchentes, têm sido convertidos, através dos discursos dominantes, em problemas políticos que se inclinam à autopromoção dos que administram a máquina pública e incitam a execução de políticas com feições imediatistas que vislumbram soluções momentâneas e insustentáveis e que, na maioria das vezes, contribui para acentuar a inviabilidade da região, uma vez que o desenvolvimento propiciado por elas é restrito e temporário” (SÁ; FORTUNATO; MOREIRA NETO, p. 511).

a distribuição de cestas básicas, como a distribuição de água e a organização de frentes de trabalho foram controladas pelas elites e serviram para aumentar sua riqueza e seu domínio sobre a população (ÁGUA DE CHUVA..., 2001, p. 14-15).

Não somente o discurso oficial que presidia as políticas de combate à seca, mas também as produções discursivas no campo das artes plásticas, da literatura regionalista, da imprensa jornalística e da música, ao longo do século XX, imbuíram o Nordeste brasileiro de um conjunto de significados, em imagens e textos, que contemplavam, na sua maioria, o drama da vida de suas populações, ora em tom de denúncia social ora atestando-o como território de impossibilidades. Imagens e textos que desejam perfurar e sensibilizar; que suscitam a nossa atenção para questões como o caráter inóspito de uma geografia, a fome, a pobreza, a seca e a retirância (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009).

No limiar da década de 1990, a convivência com o Semiárido irrompe como fundamento da contestação ao modelo de intervenção governamental na região exigindo políticas públicas permanentes e apropriadas. Considera-se que a irrupção desse deslocamento em nível de discurso – do combate à seca à convivência – “vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é ser Semiárido” (FORTUNATO; MOREIRA NETO, 2008, p. 3).

Não existe um marco fundador que localize no tempo e no espaço a emergência dessa concepção. Não seria sensato, e não há aqui a pretensão de situá-la em uma data e localizá-la, nem individualizá-la em torno de uma só pessoa, de uma instituição ou de uma rede de organizações sociais. Mas estudos recentes³ convergem no diagnóstico de que a convivência é fruto de uma vontade política que se exprime num projeto de sociedade para o Semiárido Brasileiro ao buscar romper com a lógica do combate à seca e construir um novo paradigma de desenvolvimento para essa região; e de que as primeiras linhas desse projeto começam a ser engendradas, no período da democratização do Estado (pós-ditadura) e, sobretudo, nos anos 90 do século passado em consonância com a tentativa de formação de uma cultura

³ Poderíamos citar como exemplos: a dissertação de mestrado de Odomaria Rosa Bandeira Macedo intitulada “A Convivência com o Semiárido: Desenvolvimento Regional e Configuração do Local no Projeto do IRPAA” apresentada ao PPGS/UFPE em 2004; a dissertação de mestrado de Ana Elizabete Moreira de Farias intitulada “Educação Contextualizada e a Convivência com o Semiárido no Assentamento Acauã – PB” apresentada em 2009 ao PPGH/UFPB; o trabalho de tese de doutorado de Roberto Marinho Alves da Silva intitulado “Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento” publicado em livro no ano de 2008; e a tese de doutorado de Mariana Moreira Neto intitulada “Da seca a convivência, do sertão ao semiárido: enunciados e territorialidades” apresentada ao PPGS/UFPB em 2010.

política participativa no Brasil, quando do surgimento dos “novos movimentos sociais” e da entrada em cena de novos sujeitos no cenário político e nos processos decisórios de interesse da sociedade.⁴

A emergência de novos comportamentos políticos nesse período sinalizava, em certa medida, à construção de uma cultura política no país que pretendia combater as práticas ditas clientelistas e assistencialistas no âmbito da atuação do poder público, reproduzidas em diferentes contextos locais e regionais, redefinindo o papel da sociedade diante de suas próprias demandas e redimensionando a relação estabelecida entre Estado e Sociedade Civil. Isso implicaria a criação de espaços institucionais de onde os sujeitos pudessem atuar com respaldo e legitimidade (ONG's, redes sociais, fóruns etc.) e a busca por relações de poder mais horizontais e menos desiguais a partir do fortalecimento da sociedade civil. Desdobra-se todo um movimento pró-autonomia da sociedade civil mesmo antes da Constituição de 1988, também como resposta a ausência do Estado diante das demandas sociais existentes. Alguns vazios deixados pelo Estado vão sendo aos poucos ocupados pela ação empreendedora da sociedade civil.

Avritzer (2009) destaca alguns fenômenos que estão relacionados à constituição de uma sociedade civil autônoma e democrática no Brasil nesse período: o crescimento exponencial das associações civis, a reavaliação da ideia de direitos, a defesa da ideia de autonomia organizacional em relação ao Estado, a defesa de formas públicas de apresentação de demandas e de negociação com o Estado. Essas reavaliações e defesas motivaram, entre outros, a criação e funcionamento dos conselhos de políticas em diferentes áreas (saúde, meio ambiente, assistência social etc.) bem como a criação de ONGs cujas marcas principais foram a reivindicação de autonomia da sociedade civil e a participação ativa nas diversas áreas temáticas das políticas públicas.

No Semiárido, os esforços convergiam no sentido de resolver os problemas de sempre: a miséria, as dificuldades de acesso à água, a ineficiência da atuação do poder público. Inquietações do tipo “como é que um umbuzeiro consegue viver aqui e a gente não

⁴ Francisco Mesquita de Oliveira demonstra que o fenômeno da participação política caracterizado pela expressividade das organizações sociais na exposição de demandas e na proposição e execução de políticas públicas é algo recente na história do Brasil, remonta ao período da democratização do Estado (no pós-ditadura); e afirma que esse processo se constituiu como “instrumento de construção da sociedade civil de hoje”. Segundo esse autor, a expressão “novos movimentos sociais” é utilizada, dentre outros contextos, para “distinguir os movimentos sociais que existiram antes e durante o período da ditadura militar, dos movimentos de redemocratização política e construção da cidadania ativa dos anos 1980/90, como: movimento pela anistia aos presos políticos; associações e conselhos comunitários de moradores de bairros; movimento de luta pela terra; movimento estudantil; comunidades eclesiais de bases (CEB's); movimento de mulheres, de negros, de índios, ecológicos e ONG's” (OLIVEIRA, 2003, p. 23).

consegue?”⁵ motivavam discussões e novos estudos em torno das viabilidades da região para acabar com o êxodo de famílias inteiras para os grandes centros urbanos e com a dependência das cestas básicas e/ou carros pipas.

Em 1993, ano de ocorrência de seca na região, a tomada do prédio onde funcionava a sede da SUDENE na cidade do Recife por organizações de trabalhadores rurais compreendia uma reivindicação de fôlego com vistas a chamar a atenção do poder público para esses problemas recorrentes e aos quais quase sempre se respondia com ações de caráter emergencial e provisório.

Entende-se que, a partir do referido episódio, começara a ganhar visibilidade a *Convivência com o Semi-árido* como ação, concebida como solução de caráter prático para se viabilizar a produção agrícola como empreendimento econômico nesse lugar marcado pelas secas. Com ela ganha também visibilidade, naquele momento, a manifestação da força do poder popular organizado e a capacidade dos indivíduos para assumirem coletivamente uma intervenção na situação social e econômica da região em referência e, também, a vontade de fazerem valer seus interesses e expectativas. Naquela oportunidade assinala-se um realocamento da questão do desenvolvimento regional, incluindo-a na esfera da sociedade civil, onde é modificada a concepção do desenvolvimento regional, partindo-se de outros fundamentos, tais como: a convivência tomada como princípio do desenvolvimento (na relação com o meio ambiente, com os agricultores, com o cotidiano da produção agrícola, com o processo produtivo); a motivação coletiva e a participação popular, considerados como meios essenciais ao desenvolvimento que se busca; e os interesses e expectativas populares vistos como razão de ser do processo de desenvolvimento, que tem, como meta a alcançar, a transformação daquela realidade sustentada e justificada com o discurso hegemônico da seca (MACEDO, 2004, p. 68).

Esses trabalhadores cobravam a eficácia de ações permanentes que em curto prazo amenizassem as consequências da tragédia social motivadas pela seca vigente e preconizavam mudanças na lógica de atuação do poder público na região incutindo a

⁵ Essa questão foi apontada por Cícero Félix dos Santos em entrevista concedida a Odomaria Rosa Bandeira Macedo, como motivação do chamado Projeto Umbuzeiro desenvolvido na Diocese de Juazeiro – BA no início da década de 90 do século XX. Na ocasião da entrevista, Cícero ocupava o cargo de coordenador institucional do Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada. (Cf. MACEDO, 2004, p. 82).

compreensão de que a convivência com a semiaridez pode ser assegurada por meio de medidas de política agrária e agrícola, de tecnologias apropriadas, da gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública (Cf. FÓRUM NORDESTE, 1993).

Nesse sentido, a convivência se apresenta como expressão do inconformismo com uma realidade socioeconômica desfavorável a um conjunto de pessoas, mas também como síntese das ações necessárias à transmutação dessa realidade. Num dado momento e em uma ocasião precisa ela aparece como necessária. Torna-se salutar pensá-la e difundi-la em espaços institucionais e para além destes.

O surgimento de organizações não-governamentais que, nas duas últimas décadas, passaram a difundir uma compreensão da região pautada na ideia de convivência representa, portanto, um marco fundamental para se entender os esforços que vêm sendo feitos no sentido de construir novas dizibilidades e visibilidades sobre o Nordeste/Semiárido. A ideia de convivência passou a ser difundida no seio de diversas instituições da sociedade civil como, por exemplo, o IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada) que se constituiu como entidade em 1990, a ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro) criada em 1999; a RESAB (Rede de Educação do Semiárido Brasileiro) e passou também a permear as políticas governamentais direcionadas à região.

Em 2004, foi criado no Brasil o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) como Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Regulamentado em 2006, o INSA assumiu como missão o propósito de viabilizar soluções interinstitucionais para desafios de articulação, pesquisa, formação, difusão e políticas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro, a partir de uma filosofia que assume a semiaridez como vantagem (Cf. BRASIL, 2007).

Os discursos da convivência que emanam dessas instituições constroem entre dizibilidades e visibilidades um Semiárido Brasileiro em que suas particularidades naturais e socioculturais costumam uma identidade para a região – ainda que esta seja caracterizada pela diversidade de sujeitos, de práticas culturais, de modos de ver e dizer o mundo, etc. – e lhe conferem possibilidades de desenvolvimento. No cerne desse empreendimento a pergunta sobre qual o modelo de desenvolvimento que se pretende para o Semiárido tem norteado as reflexões sobre políticas públicas, sustentabilidade, protagonismo social etc., e tem contribuído para ampliar a discussão em torno das viabilidades que a proposta da convivência apresenta em termos de um autêntico desenvolvimento para a região. Como diz Silva (2008, p.219), corroborando com a proposta da convivência, a conquista de políticas

públicas “permanentes e apropriadas, que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais” pode ser um caminho para a “superação das estruturas geradoras de desigualdade” no Semiárido.

Essas novas organizações direcionaram suas metas em dois sentidos: fazer compreender uma realidade natural, social, econômica e histórica do Semiárido, por meio da produção e difusão de conhecimentos sobre a região, e buscar tecnologias sociais⁶ que tornassem possível o princípio da convivência com o meio; rompendo, assim, com a concepção de Semiárido que havia se formado e veiculando a ideia de que é possível “sobreviver dignamente” nessa região. As políticas de combate à seca passaram a dividir espaço com as políticas de convivência, cuja proposta se apresenta como possibilidade de uma nova elaboração desse espaço tendo como enunciados básicos a adaptação (MALVEZZI, 2007), a sustentabilidade, o respeito à diversidade, a prática democrática, a promoção da cidadania e a construção de sujeitos autônomos que tenham incidência política.

Era o início de um novo diálogo com o povo que produzia mais esperança e sonhos nas comunidades. Um discurso que tinha como objetivo retomar a confiança e credibilidade das pessoas em si próprias, fazendo-as perceber que era possível achar saídas, sem precisarem migrar para outras regiões. O Nordeste é viável! (SOUZA, 2005, p. 22)

O chamado “movimento da convivência com o Semiárido” que compreende as ações empreendidas desde a década de 90 do século passado, por diversas organizações sociais, voltadas à afirmação e fortalecimento desse discurso apresenta, segundo Macedo (2004), algumas características: a articulação em redes como modo de participação coletiva, a configuração de dois tipos de poder fora da esfera governamental – o de execução e o de proposição de medidas –, a produção e difusão de conhecimentos sobre a convivência com o Semiárido, e os seus aspectos organizativos. A ação da convivência é entendida por essa autora, e à luz de Castoriadis⁷, como

⁶ Tecnologias voltadas para os problemas básicos do povo, que possibilitam uma transformação social. Por exemplo: as cisternas de bica, a cisterna adaptada para a roça, a barragem subterrânea, o tanque de pedra, o barreiro de trincheira, e as mandalas.

⁷ O texto de Castoriadis estudado pela autora é “A instituição imaginária da sociedade”, de 1982.

[...] práxis que constitui-se como projeto revolucionário, porque nela encontra-se a participação, o empoderamento e a autonomia de cada um e do coletivo como seus elementos constituintes, tendo a transformação social implicada no trajeto da própria ação (MACEDO, 2004, p. 78).

No que se refere aos esforços para dar visibilidade à convivência com o Semiárido é preciso conferir peso aos espaços de debate e aprendizagem em seminários, simpósios e outros encontros realizados no decorrer das duas últimas décadas, a exemplo dos simpósios de manejo e captação de água da chuva iniciados em 1997⁸, do Simpósio Escola e Convivência com a Seca, em 1998, e do I Seminário de Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro, em 2000 – ambos realizados em Juazeiro-BA; dos encontros bienais da ASA que vêm ocorrendo desde o ano 2000⁹, e do I Seminário Nacional sobre Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro, realizado no ano de 2010, na cidade de Campina Grande-PB; além dos cursos de especialização em educação contextualizada para a convivência com o Semiárido criados em algumas universidades públicas da região Nordeste nos últimos anos, e dos momentos de formação que integram o processo de implementação de algumas políticas públicas como, por exemplo, o PiMC em que

[...] a construção das Cisternas de Placa é precedida de um processo de formação das famílias contempladas pelo programa que objetiva educá-las para a cidadania e para a prática da convivência com o Semi-Árido, a fim de que os usuários adquiram autonomia e tenham consciência da sua capacidade de promover mudanças e de gerir alternativas que respondam às problemáticas de sua própria realidade. Esse processo educativo que contempla os pilares de sustentação do processo de formação pessoal e da educação para convivência com o Semi-Árido (o “saber conhecer”, o “saber fazer”, o “saber conviver”, e o “saber ser”) tem se mostrado cada vez mais

⁸ Esses simpósios foram promovidos e organizados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pelo IRPAA. Os dois primeiros simpósios ocorreram na cidade de Petrolina-PE: o primeiro, em 1997, com tema "Captação de Água de Chuva: a base para a viabilidade do semi-árido" e o segundo, em 1999, com o tema "Captação de Água de Chuva: uma resposta para a escassez de água no próximo milênio". Os simpósios eram realizados de dois em dois anos: em 2001, na cidade de Campina Grande-PB (Tema: Captação de Água de Chuva e Cultivos Apropriados ao Semi-Árido); em 2003, na cidade de Juazeiro-BA (Tema: Captação e Manejo de Água de Chuva: uma proposta sustentável para o combate à fome e para a melhoria da qualidade de vida); em 2005, na cidade de Teresina-PI (Tema: Captação e Manejo de Água de Chuva para a Sustentabilidade de Áreas Rurais e Urbanas – Tecnologias e Construção da Cidadania); em 2007, na cidade de Belo Horizonte - MG (Tema: Água de Chuva: Pesquisas, Políticas e Desenvolvimento Sustentável); em 2009, na cidade de Caruaru-PE (Tema: Captação e Manejo de Água de Chuva: Avanços e Desafios em um Ambiente de Mudanças). (Cf. SÁ, 2012).

⁹ O Encontro Nacional da ASA (EnconASA) configura-se em momentos dedicados à discussão e avaliação das políticas públicas voltadas para o Semiárido e fortalecimento das experiências de convivência com a região. (Cf. SÁ, 2012).

imprescindível à concretização dos objetivos ensejados pelo P1MC: ‘As diversas experiências de implantação das cisternas desenvolvidas nos últimos 10 anos, por organizações e entidades atuantes no Semi-Árido brasileiro, comprovam que o sucesso da cisterna depende fundamentalmente, do processo educativo que acompanha o seu projeto de implantação’(SÁ; FORTUNATO; MOREIRA NETO, 2008, p. 514).

Sabe-se também que a atuação de algumas instituições no Semiárido acompanhou a produção, distribuição e/ou venda de materiais diversos que buscam difundir os enunciados, saberes e dizeres da convivência. Existem livros, agendas, calendários, folders, cartazes, cordéis, o CD “Belo Sertão: A Convivência com Semiárido através da música”, entre outros.

A RESAB, por exemplo, tem empreendido algumas experiências em municípios do Semiárido Brasileiro com material didático específico que contempla um conhecimento acerca da realidade dessa região valorizando suas potencialidades, o protagonismo dos sujeitos sociais e a construção de imagens otimistas de seu espaço geográfico. São experiências que segundo a própria avaliação da Rede têm dado certo e por isso têm sido divulgadas.

Um dos instrumentos de divulgação foi a publicação do volume “*Educação para a convivência com o Semiárido: reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá*” que oferece ao educador a possibilidade de vislumbrar um novo caminho para reencantar a educação e o processo de ensino-aprendizagem com um olhar mais sensível sobre a realidade local e a valorização dos saberes e da cultura locais como elementos importantes para a formação do indivíduo.

Além deste, outros volumes foram publicados com titulações diferentes¹⁰, mas com conteúdos que reafirmam a necessidade de políticas públicas educacionais pautadas na educação para a convivência com o Semiárido, tornando-se importantes veículos de informação entre o público leitor – no sentido de provocar reflexões acerca da concepção de convivência com o Semiárido Brasileiro, bem como do conceito de educação contextualizada, das propostas para a implementação de políticas públicas de educação, da formação dos educadores e educadoras, da gestão, do livro didático, da arte para a

¹⁰ Por exemplo: o livro didático “*Conhecendo o Semi-Árido*”, apresentado em dois volumes destinados às 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental ou às turmas multisseriadas nesse nível; e o caderno multidisciplinar ‘Refletindo a Educação no Semiárido Brasileiro...Ousando e fazendo a diferença’.

construção de uma prática educacional inclusiva e significativa (SÁ; FORTUNATO; MOREIRA NETO, 2010). Tudo isso compõe articulações estratégicas para comunicar a convivência por meio de diversos suportes materiais e para um público amplo e plural.

Sentidos da convivência

No trabalho intitulado “*Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*”, a questão do desenvolvimento para o Semiárido Brasileiro ocupa uma posição privilegiada. Negligenciando apreender a convivência como expressão vazia, Silva (2008, p.189) reforça que ela é “portadora de significados ideológicos próprios com base em interesses socioeconômicos e fundamentada em diferentes visões de mundo e intenções de futuro, influenciando na identificação das necessidades e na definição de prioridades”.

Expressões e significados que constituem o leque de sentidos da convivência são identificados por Silva em textos que pensaram o Nordeste e problematizaram algumas de suas questões mais recorrentes (a seca, a fome, a retirância). Por exemplo:

- na crítica de Djacir Menezes às explicações naturalistas e racistas dos problemas regionais, em sua proposta de valorização dos saberes locais e de que as formas de convivência estejam em conexão com os recursos de sobrevivência;
- na defesa de uma economia baseada no desenvolvimento humano e equilibrado, da fixação do homem à terra, e da educação popular como instrumento de liberdade econômica, política e espiritual feita por Josué de Castro;
- na reforma agrária capaz de transformar agricultores em atores dinâmicos no plano econômico e na convivência com as secas a partir de uma agropecuária que tenha em conta a especificidade ecológica regional, defendidas por Celso Furtado;
- na posição de Manuel Correia de Andrade a favor da construção de cisternas e barragens subterrâneas, da criação de pequenos animais e da promoção do crescimento com respeito às condições ecológicas da região;
- no desenvolvimento fundado na convivência com a semiaridez e na participação da sociedade civil interessada no processo de tomada de decisões, preconizados pela modernização reformista de Otamar de Carvalho;
- na presença de organizações não governamentais como alternativa à ausência do Estado, e na necessidade de uma política nacional de desenvolvimento regional com redução das desigualdades regionais, garantia de serviços públicos básicos,

melhoramento das condições de trabalho e integração dos espaços regionais – apontadas por Tânia Bacelar de Araújo;

- no aproveitamento das vantagens da semiaridez a partir do manejo sustentável da caatinga e da produção apropriada, defendidos por Guimarães Duque.¹¹

A convivência possui um sentido ambiental quando preconiza a adaptação ao *habitat*, o uso de tecnologias apropriadas de captação e armazenamento de água e de soluções hídricas adequadas para a produção da agricultura familiar; a gestão comunitária dos mananciais hídricos, o manejo adequado do solo e da vegetação nativa, e a interdependência como elemento fundante da relação harmoniosa, íntima e sustentável entre o homem e o meio e que seja promotora do desenvolvimento humano.

Possui também um sentido econômico ao defender padrões de produção que, aproveitando as potencialidades e considerando as limitações da região, possam fomentar a geração de trabalho, a produção e distribuição de riquezas, a democratização do acesso à terra, água, crédito, tecnologias apropriadas, assistência técnica e organizativa: apoia-se as alternativas baseadas na agroecologia, na produção apropriada (como a criação de pequenos animais e as lavouras secas) e nas iniciativas econômicas solidárias com base no associativismo e no cooperativismo a exemplo dos bancos e casas de sementes comunitárias, das feiras de agricultura familiar e agroecologia e das redes e cooperativas de beneficiamento e comercialização, tudo isso com vistas ao fortalecimento da economia do Semiárido.

A convivência reúne um conjunto de significados, saberes e dizeres, que quando viabilizados em espaços de apropriação, como os espaços educacionais, podem fomentar a relação harmoniosa entre ser humano e meio ambiente – possui, pois uma dimensão cultural – e também implica qualidade de vida com garantia de igualdade nas relações sociais entre homem e mulher (no lar, no trabalho, nos programas de serviços de crédito etc.) e de acesso à educação contextualizada, saúde, moradia, saneamento, abastecimento hídrico, segurança alimentar e assistência social e previdenciária.

Apresenta-se ainda como proposta política de mobilização da sociedade incitando-a a participação na elaboração, gestão, execução e controle social de políticas públicas apropriadas que garantam melhorias na qualidade de vida e desenvolvimento sustentável no Semiárido.¹²

¹¹ Essa leitura das obras de Djacir Menezes, Josué de Castro, Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade, Otamar de Carvalho, Tânia Bacelar de Araújo e Guimarães Duque está presente em Silva (2008, p. 88-148).

¹² Sobre o sentido ambiental, econômico, cultural e político da convivência, ver Silva (2008, p. 188-224).

A síntese dos significados atribuídos à convivência é apresentada por Silva no seguinte fragmento:

Em primeiro lugar, trata-se de um resgate do pensamento crítico sobre o combate à seca e sobre a modernização conservadora, que marcaram as formas de intervenção do poder público na região e que se acumula desde o início do século XX; 2) Em segundo lugar, é uma leitura contextualizada da transição paradigmática das propostas e modelos de desenvolvimento, reinterpretando a sustentabilidade a partir do reconhecimento das potencialidades e fragilidades dos ecossistemas locais; 3) Em terceiro lugar, é a expressão de um novo projeto político para a região, protagonizado por um conjunto de organizações da sociedade civil, fundamentado num conjunto de experiências e vivências tecnológicas, produtivas e socioeducativas, apropriadas ao ambiente semiárido, e que buscam ampliar os espaços decisórios de formulação e controle social nas políticas públicas (SILVA, 2008, p. 222).

Num empreendimento genealógico, aquele que exige o demorar-se na meticulosidade dos começos para marcar a singularidade dos acontecimentos, Moreira Neto atesta o germe da convivência presente no discurso de Guimarães Duque e observa ainda como ele também se manifesta sorratamente nos discursos que apresentam “uma visão tradicional desenhada com as tintas da melancolia de uma paisagem cinzenta timidamente movimentada por corpos esqueléticos de fomes crônicas, inchados de alimentos tóxicos” (MOREIRA NETO, 2010, p. 43), especificamente nos estudos de Josué de Castro e na literatura de José Américo de Almeida. Embora considere que esses discursos “são ensaios de um novo saber que começa a ser elaborado e que engatinha, timidamente, formas de fazer um espaço”, reconhece que essas elaborações sobre o Semiárido “ainda aparecem, nestes autores, de modo desarticulado, revelando compreensões muito mais individuais do que formas procedentes e definidas de conceituar politicamente um espaço geográfico (MOREIRA NETO, 2010, p. 82; 87).

A aurora da segunda metade do século XX marca o momento em que o planejamento é assumido como carro-chefe da proposta de desenvolvimento para o Nordeste. O redimensionamento dessa região no cenário econômico nacional passaria necessariamente pelo planejamento de ações voltadas à produção de conhecimento técnico sobre a geografia semiárida segundo os parâmetros científicos, ao fortalecimento de uma economia capaz de

refletir a organização da sociedade, a formação de recursos humanos qualificados capazes de ocupar as demandas de trabalho oriundas do processo de industrialização que se pretendia para essa região. E é nesses termos que a convivência se apresenta na racionalidade da industrialização. Essa nova racionalidade pode ser apreendida nos dois documentos elencados e problematizados por Moreira Neto: no conjunto de textos que resultaram do Encontro de bispos do Nordeste, realizado em 1956 na cidade de Campina Grande – PB, e no documento produzido pelo GTDN, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, intitulado *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. Nesse momento se começa a assistir

[...] ao ocaso de uma época em que as secas, culturalmente metamorfoseadas em algozes implacáveis de homens, bichos e plantas do Nordeste, começam a se diluir entre as máquinas e ferramentas das empresas que, de nomenclaturas indecifráveis para os mortais sertanejos, começam a plantar estradas, a construir açudes, a quebrar o silêncio com os rancos dos motores dos automóveis e a apregoar a irrigação como o caminho de redenção para o Nordeste (MOREIRA NETO, 2010, p. 47)

Nesse sentido, muitos dos dizeres e fazeres – sobretudo os que se referem a uma relação harmoniosa entre homem e natureza – que mais tarde reapareceriam num retorno descontínuo, inicialmente retomados e/ou reelaborados e, depois, instituídos como legítimos no discurso da convivência, já se exibiam ainda que modestamente na escritura desses estudiosos e nesses documentos institucionais. Mas vale aqui uma consideração porque há nos discursos de Silva (2008) e Moreira Neto (2010) uma questão que talvez os distancie no modo como reconhecem os enunciados da convivência presentes nos textos do século XX referidos acima: enquanto o primeiro entende que o discurso da convivência retoma ou faz uso desses enunciados que criticam o combate à seca e a modernização conservadora, o segundo evidencia esses enunciados como componentes da própria genealogia – ou do sentido histórico – da convivência.

Conclusão

A partir da análise da trajetória das políticas governamentais para essa região, bem como do pensamento crítico sobre os modelos de desenvolvimento que orientaram tais políticas, feita por Silva, é possível afirmar que o período que se estende da segunda metade

da década de 80 do século passado, até os dias atuais, compreende um momento de transição de paradigmas – o combate e a convivência – que se recusam e se excluem, sutil ou explicitamente, no combate em torno das verdades que enunciam.

Embora seja apontado que “ainda permanecem ativos e intimamente articulados os dois projetos políticos – de combater a seca e de modernizar a economia sem transformar – até o momento, funcionando como paradigmas da intervenção governamental na região” e por isso, “os avanços na implantação de novas políticas de desenvolvimento sustentável, com base na convivência, serão frutos de intensos processos de disputa e negociação” (SILVA, 2008, p. 223), esse momento estaria marcado pela falência ou esgotamento das políticas pautadas na lógica do combate à seca e da modernização conservadora e pela formulação de um paradigma de desenvolvimento, protagonizada pela sociedade civil organizada, em que a sustentabilidade implicaria a convivência com o Semiárido.

A paisagem que se desenha nesse jogo de poder poderia então ser caracterizada, como sugere o título de sua tese, como um entremeio que situa de um lado a convivência e do outro o combate à seca como modelos de desenvolvimento que se opõem um ao outro, e que se reflete como palco das disputas entre os dizeres e fazeres de cada um. Urge perceber que, como manobra tática dos que difundem a convivência, não se pretende que esse entremeio seja para sempre esse elemento caracterizador da realidade: ele funcionaria apenas como espaço de transição, como condição de possibilidade de travessia do combate para a convivência e não o contrário, motivada pelos debates e mobilizações. Essa travessia é sugerida, imposta e atestada como solução para o enfrentamento das realidades sociais, econômicas e culturais inibidoras do desenvolvimento humano no Semiárido; ela se encontra delimitada e instituída como necessária no conjunto de dizeres e procederes que instituem a convivência como único horizonte possível.

Há no discurso da convivência uma visão determinista da história que, no tempo presente, já articula as próximas páginas de uma trama futura em termos de se “fizemos assim, este é o Semiárido que teremos”, ou trata-se apenas de um artifício do discurso com vistas a um efeito de verdade que se quer produzir? Talvez se responda negativamente a essa primeira questão, hoje, em função das repercussões econômicas e sociais das ações pró-convivência desenvolvidas ao longo das duas últimas décadas e se diga que ‘não se trata de uma visão determinista, mas de um diagnóstico elaborado a partir de ações que vêm dando certo’.

É evidente que o caminho que se quer caminhar não é desconhecido, sabe-se como fazer para efetivar a travessia e o que se encontrará ao seu final: a convivência, somente a convivência – o que não é nem um pouco surpresa, já que os discursos se empenham com esmero em jogar para as margens os dizeres e fazeres que lhes ameaçam. Como afirma Moreira Neto (2010, p. 14): “a mudança de rota não acontece de forma aleatória; os discursos sobre a convivência com o semiárido circulam e são aceitos porque obedecem a regras ‘econômicas’ estabelecidas e acatadas por todos dentro de um campo onde é fundamental a competência de quem diz e a aceitação de quem escuta”. A questão que forçosamente desponta é se não existiriam outros modelos de desenvolvimento ativos para além destes que foram situados pelo debate acadêmico. Nenhuma enunciação, sutil ou bastante explícita, foi citada como germe de outro discurso para o empreendimento de genealogias futuras.

Se não temos somente o combate à seca ou a modernização conservadora ou somente a convivência, se todos esses projetos estão ativos e revelam toda uma tipografia de interesses em disputa, seria necessário perguntar, então, pelos limites dessas transições paradigmáticas motivadas pelo debate sobre a sustentabilidade econômica e dos recursos naturais. Perguntar em que lugares ocorrem, que enunciados as evidenciam e o que, de fato, retomam, modificam e/ou instituem. Isso daria um trabalho de fôlego que não se pretende realizar aqui. Mas de forma bastante sorradeira, é importante dizer que a transição aparece muito fortemente nessa análise de Silva (2008) como expressão do interesse de uma das partes em disputa com a imposição da convivência como projeto político mais viável para o Semiárido. Nesse sentido, a transição ainda estaria mais em termos do que se quer deixar de ser para vir a se tornar e menos como evidência de um processo terminado ou de um processo que findará tal como se deseja. A partir disso se poderia perguntar: essa mudança na economia das palavras que institui modos de dizer e de pensar o Semiárido, poderia levar a outro modelo de desenvolvimento que não fosse aquele preconizado pelo discurso da convivência? A resposta do próprio discurso da convivência, indubitavelmente, seria: não.

O discurso da convivência conta com enunciados cujos valores atribuídos em nossas sociedades contemporâneas são altíssimos – basta lembrar que ele ajuda a reforçar uma das palavras mais ditas nos últimos anos: sustentabilidade¹³. E o efeito de sentido que essa

¹³ Segundo Duque, é o caráter de ação permanente da convivência que a aproxima do conceito de sustentabilidade. Essa autora diz: “Para que a convivência com o semi-árido seja sustentável do ponto de vista econômico, as tecnologias propostas têm que ser de baixo custo e de replicação fácil pelas famílias agricultoras da região. Para que seja sustentável do ponto de vista ambiental, essas tecnologias devem ser respeitosas do meio ambiente. Finalmente, para que haja convivência socialmente sustentável, essas mesmas tecnologias devem ser frutos de um processo pedagógico e político que aproveite o saber das famílias produtoras e dialogue

palavra ajuda a produzir em determinadas enunciações, e não apenas nas enunciações da convivência, é tão forte que o que não é sustentável chega, muitas vezes, a tornar-se desprezível ao nosso olhar. Mas, mesmo em meio a elementos que diagnosticam certa tendência à hegemonia do discurso da convivência, alguns dos quais são apontados por Silva (2008), e não somente por ele, ainda seria extremamente arriscado anunciar o ocaso do combate à seca. Continuar afirmando, no lugar da hegemonia do discurso da convivência, a condição atual como momento de transição paradigmática parece ser a atitude mais sensata, inclusive como modo de não escamotear as práticas realizadas em outros discursos e/ou a partir deles.

O cenário que se descortina revela, portanto, uma disputa por significados – entre discursos e práticas e no interior de cada uma delas – cujo valor aglutina implicações políticas, econômicas e culturais relacionadas aos modos de dizer a região, à implementação de políticas públicas, à postura assumida pela sociedade civil e à educação. Essas implicações consideradas em termos de “antes foi assim” e “agora é assim que deve ser” tornam esse valor salutar para determinados sujeitos e por diversas razões. Por isso, a evidência de que há uma mudança se operando no Semiárido Brasileiro, com o deslocamento do discurso do combate à seca para a concepção de convivência e que essa mudança vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é *ser Semiárido*, mais do que uma simples constatação de forças que (se) mobilizam (n)o tempo presente, é o reconhecimento de uma invenção que está em curso.

Referências

ÁGUA DE CHUVA: o segredo da convivência com o Semiárido Brasileiro. **Cáritas Brasileira/ Comissão Pastoral da Terra/Fian-Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: _____. (org.). **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 27-54.

com elas, permitindo-lhes apropriarem-se do mesmo e difundi-lo de forma autônoma, dispensando aos poucos a presença de mediadores” (DUQUE, 2008, p. 137).

BRASIL. Instituto Nacional do Semiárido. **Plano Diretor (2008-2011):** Planejamento Estratégico do INSA. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A emergência da lógica da “convivência com o Semiárido” e a construção de uma nova territorialidade. In: **Educação para a convivência com o Semiárido: reflexões teórico-práticas.** Juazeiro: Secretaria da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, 2004. p. 27.

DUQUE, Ghislaine. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008. Editora UFPR.

FARIAS, Ana Elizabete Moreira de. **Educação Contextualizada e a Convivência com o Semiárido no Assentamento Acauã – PB.** João Pessoa: UFPB/ Programa de Pós-Graduação em História, 2009 (Dissertação de Mestrado).

FORTUNATO, Maria Lucinete.; MOREIRA NETO, Mariana. **Convivência com o Semiárido na Paraíba:** políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável. Projeto de Pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG, 2008.

FÓRUM NORDESTE. **Ações Permanentes para o desenvolvimento do Nordeste Semiárido brasileiro:** propostas da sociedade civil. Recife, 1993.

MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira. **A convivência com o semi-árido:** desenvolvimento regional e configuração do local no projeto do IRPAA. Recife: UFPE/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2004 (Dissertação de Mestrado).

MALVEZZI, Roberto. **Semi-Árido:** uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. 140p. – (Pensar Brasil).

MOREIRA NETO, Mariana. **Da seca a convivência, do sertão ao semiárido:** enunciados e territorialidades. João Pessoa: UFPB/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010 (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Cidadania e cultura política no poder local.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

SÁ, Almair Morais de; FORTUNATO, Maria Lucinete.; MOREIRA NETO, Mariana. Convivência com o Semiárido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável. In. **Revista Pesquisa (UFCG)**, 2008, v. 2. p.507-526.

SÁ, Almair Morais de; FORTUNATO, Maria Lucinete.; MOREIRA NETO, Mariana. Educação e Convivência: Perspectivas para o Semiárido. In: **Anais eletrônicos do II Colóquio Brasileiro Educação na Sociedade Contemporânea: Processos Pedagógicos e Produção do Conhecimento**. Campina Grande - PB: Editora da UFCG, 2010. v. I. p. 1-9.

SÁ, Almair Morais de. **Os modos de dizer e de fazer (d)a convivência: enunciados e invenções de semiárido**. João Pessoa: UFPB/Programa de Pós-Graduação em História, 2012 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 1.ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

SOUZA, Ivânia Freitas de. **A gestão do currículo escolar para o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido Brasileiro**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

